



22 de julho de 2021
ESTATÍSTICAS AGRÍCOLAS
2020

A AGRICULTURA NACIONAL NO CONTEXTO DO GREEN DEAL: MENOS FERTILIZANTES MINERAIS MAS MAIS PESTICIDAS FACE À MÉDIA DA UE

O ano agrícola 2019/2020 caracterizou-se meteorologicamente por um outono normal em relação à temperatura do ar e à precipitação, seguido por um inverno extremamente quente (segundo mais quente desde 1931) e seco (78% do valor médio). As regiões a sul do Tejo registaram situações de seca meteorológica, com maior persistência e severidade no Baixo Alentejo e Algarve. A primavera e o verão continuaram a classificar-se como muito quentes, com destaque para julho (o mais quente desde 1931).

A área semeada de cereais praganosos foi próxima da registada na campanha anterior (-1,3%). As condições meteorológicas foram favoráveis para o desenvolvimento vegetativo dos cereais de inverno, registando-se uma produção semelhante à média do último quinquénio. Nas culturas de primavera-verão registou-se uma diminuição generalizada de áreas, que resultaram em quebras de produção de 12,8% no tomate para a indústria, 17,8% no arroz e 9,7% no milho para grão.

A produção animal foi semelhante à registada no ano anterior.

Em 2020, as exportações de “Produtos agrícolas e agroalimentares” (exceto bebidas) aumentaram 5,8% face ao ano anterior (uma evolução contrária à redução de 10,2% registada nas exportações globais de bens), enquanto as importações diminuíram 1,8%, refletindo-se numa melhoria do saldo da balança comercial (diminuição do défice em 429,7 milhões de euros).

Assim, a agricultura globalmente terá atravessado um ano marcado pela pandemia COVID-19, evidenciando uma resiliência que não foi patente em muitos outros setores da atividade económica nacional.

Neste destaque é efetuada uma análise detalhada aos indicadores da Agricultura e ambiente, constantes de capítulo específico da Publicação, que disponibilizam informação estatística oficial relevante na perspetiva do *Green Deal* (Pacto Ecológico Europeu), no contexto da União Europeia (UE27), destacando-se que:

- Portugal é o Estado-Membro com menor consumo de fertilizantes minerais (azoto e fósforo), registando em 2019 um consumo aparente de 31 kg por hectare de Superfície Agrícola Utilizada (SAU), menos de metade da média da UE27 (68 kg por hectare de SAU);
- Em 2019 foram vendidos 2,2 kg de substância ativa dos principais grupos de pesticidas por hectare de SAU, proporção acima da média da UE27 (1,8 kg de substância ativa por hectare de SAU);
- Em 2019 apenas 5,3% da SAU estava certificada para o modo de produção biológico;
- A importância dos Gases de Efeito de Estufa (GEE) emitidos pela atividade agrícola em Portugal em 2019 (10,1% da emissão total dos GEE) era próxima da média da UE27 (10,3%).



INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA
STATISTICS PORTUGAL

informação à comunicação social

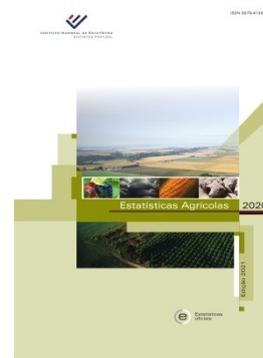
DESTAQUE

É hoje publicada a edição de 2021 das Estatísticas Agrícolas. Esta publicação está organizada em doze capítulos temáticos que incorporam a análise de resultados e os respetivos quadros de informação (Aceda aqui). São ainda disponibilizados um conjunto de dados adicionais no Portal de Estatísticas Oficiais (www.ine.pt).

A Publicação das Estatísticas Agrícolas 2020 disponibiliza informação atual e o mais abrangente possível da agricultura nacional, reportando-se a informação ao último período de referência disponível. Nesta edição, é disponibilizada informação sobre as estatísticas da Produção Vegetal que já incorpora as revisões em consequência do Recenseamento Agrícola 2019.

Complementarmente, este destaque foca-se num conjunto de dados relevantes na perspetiva do *Green Deal* (Pacto Ecológico Europeu), um elemento fundamental da reforma da Política Agrícola Comum, cujo acordo político foi alcançado recentemente no âmbito da Presidência Portuguesa do Conselho da UE, indicando o posicionamento do país face às metas recomendadas.

Deve-se referir que estas metas estão estabelecidas para a UE podendo haver, tal como em outras iniciativas internacionais, negociações relativas à partilha de esforços entre EM, tendo em vista as diferentes contribuições de cada um para o total da UE27. Há ainda a necessidade de, para algumas metas, estabelecer claramente o ponto de partida para se evitarem ambiguidades na sua monitorização.





Recorrendo aos indicadores disponíveis nesta Publicação, é possível fazer a monitorização do grau de cumprimento de algumas metas definidas no âmbito do *Green Deal* (Pacto Ecológico Europeu), nomeadamente:

AGRICULTURA BIOLÓGICA

META 2030: pelo menos 25% da SAU em modo de produção biológico

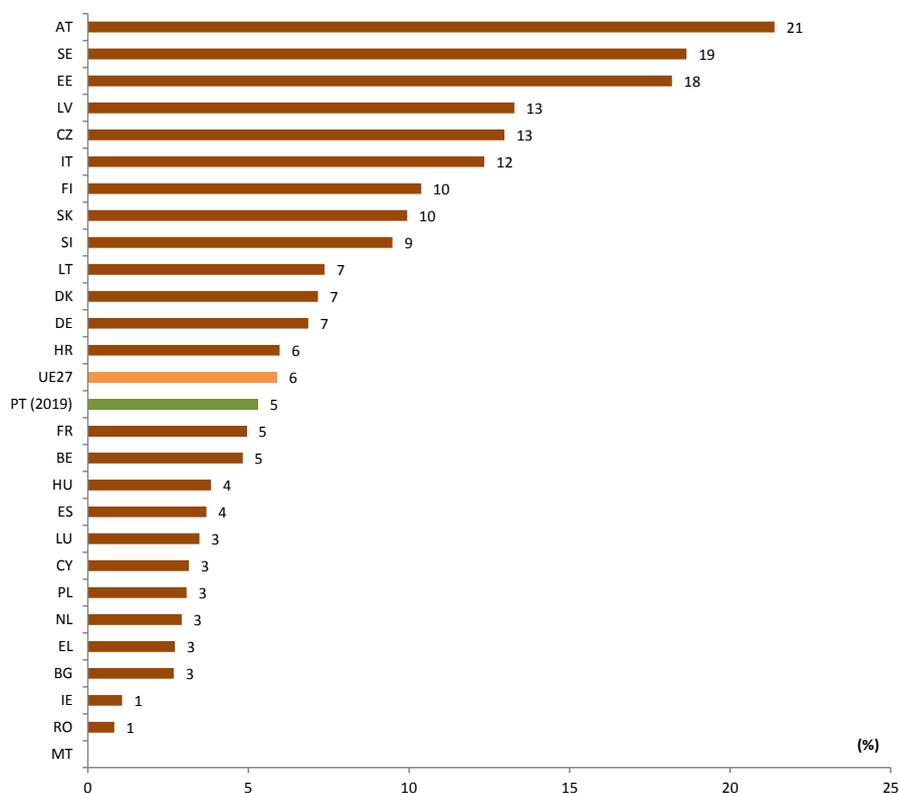
Portugal (RA 2019): 5,3% (+112,2% da SAU em modo de produção biológico, face a 2009)

UE27 (2016): 5,9% (+54,6% da SAU em modo de produção biológico, face a 2010)



A métrica associada à Estratégia do Prado ao Prato relativa à agricultura biológica, aponta para que em 2030, pelo menos 25% da Superfície Agrícola Utilizada esteja certificada em modo de produção biológico. Os dados apurados pelo Recenseamento Agrícola 2019 (RA 2019) revelam que apenas 5,3% da SAU está certificada para o modo de produção biológico, valor muito distante da meta dos 25%.

Figura 1. Importância da SAU em modo de produção biológico nos EM da UE27 (2016)

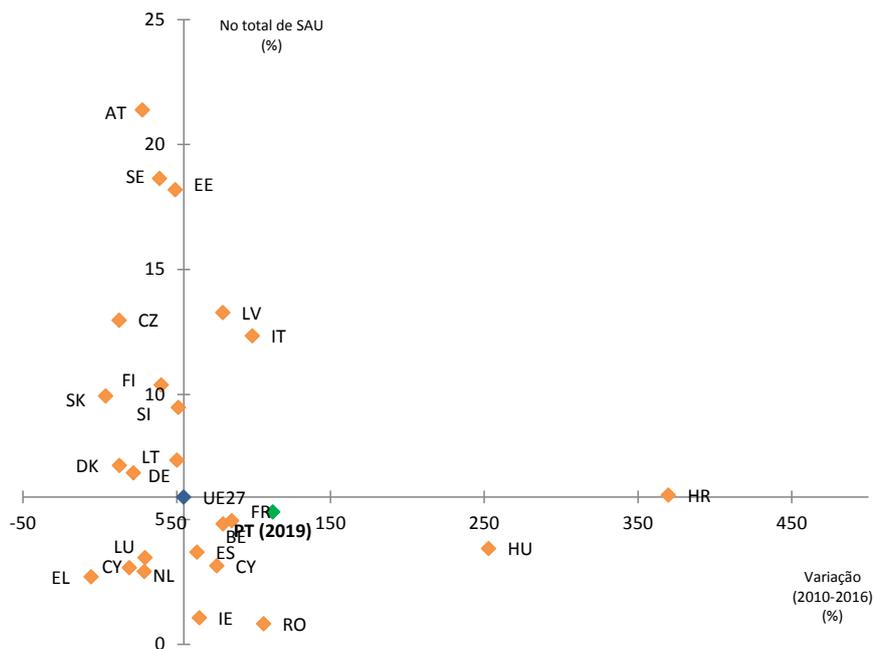


Fonte: Eurostat



A importância da SAU em modo de produção biológica na UE27 em 2016 (última informação disponível) era de 5,9%, sendo de 5,3% (dados do RA 2019) em Portugal.

Figura 2. Variação da SAU em modo de produção biológico nos EM da UE27 (2010 - 2016)



Fonte: Eurostat

Em Portugal registou-se um significativo aumento da SAU em modo de produção biológica (+112,2%) entre 2009 e 2019. Esta evolução coloca Portugal no quadrante do gráfico da figura 2 a par dos EM em que a importância da SAU em modo de produção biológica é inferior à média da UE27, mas que apresentam crescimento da SAU biológica. O único EM em que a SAU biológica decresceu foi a Grécia, localizada no terceiro quadrante juntamente com outros EM que apresentam uma variação da SAU inferior à média da UE27. A Áustria foi o EM que registou o maior peso da SAU biológica em 2016 (21,4%).



FERTILIZAÇÃO INORGÂNICA

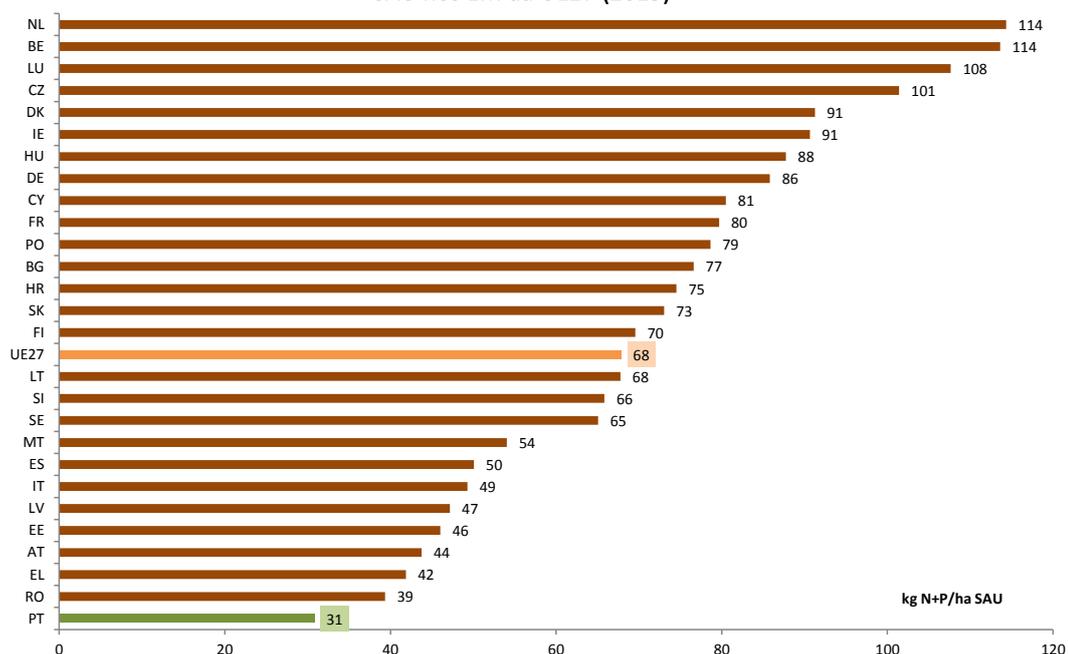
META 2030: Reduzir a utilização de fertilizantes em pelo menos 20%

Portugal (2019): -34,7%, face a 2000 (kg N+P)

UE (2019): -9,5%, face a 2000 (kg N+P)

Os fertilizantes inorgânicos, essenciais ao crescimento das plantas, são utilizados na agricultura com o objetivo de aumentar as produções. Um fornecimento adequado de nutrientes aos solos é fundamental para o desenvolvimento das culturas agrícolas. No entanto, em termos ambientais, a sua aplicação excessiva produz efeitos negativos, nomeadamente ao nível da poluição da água e dos solos. O risco de poluição por fertilizantes minerais encontra-se associado à intensidade da sua utilização, a qual por sua vez depende de diversos fatores nomeadamente do tipo de culturas presentes, de fatores edafo-climáticos e das práticas de gestão agrícola.

Figura 3. Consumo de fertilizantes minerais por hectare de SAU nos EM da UE27 (2019)

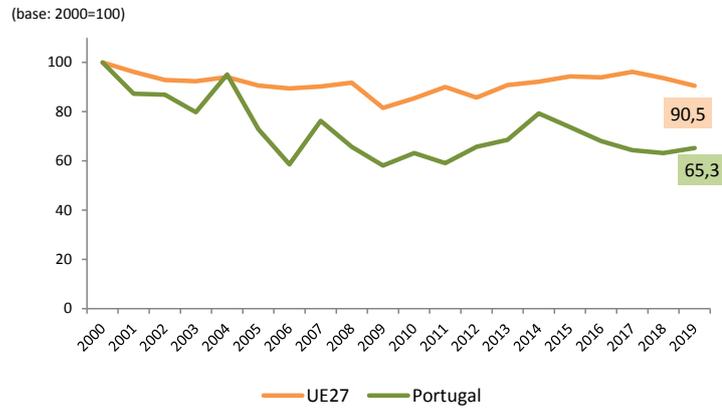


Fonte: Eurostat

Portugal é o EM da UE27 com menor consumo de fertilizantes minerais (azoto e fósforo), registando em 2019 um consumo aparente que era menos da metade da média da UE27. Não havendo ainda uma clarificação quanto ao período de monitorização da meta e sobre o limiar de consumo a partir do qual se poderá comprometer a atividade agrícola, uma redução de 20% sobre a quantidade de 2019, assumindo que a SAU se mantém, levaria a um consumo nacional de fertilizantes de 24,5 kg/ha SAU em 2030.



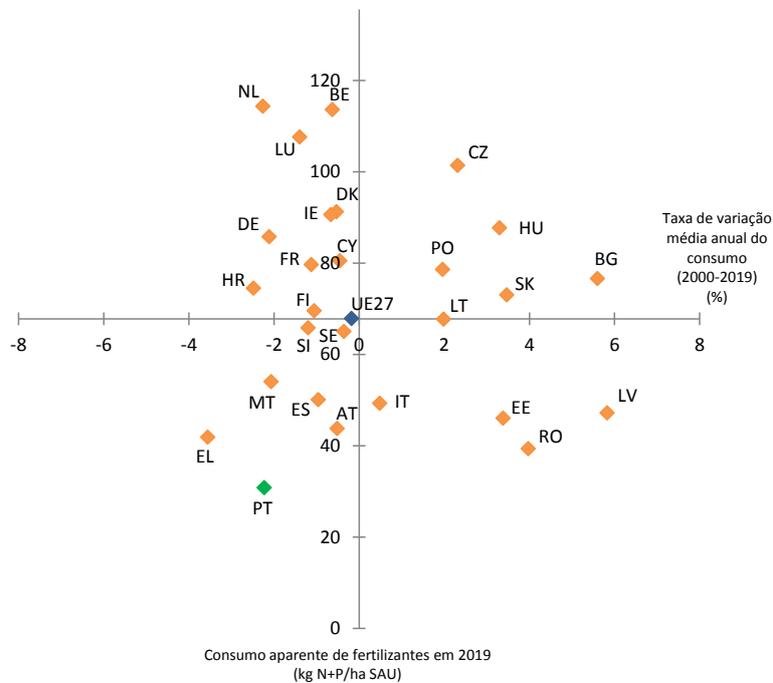
Figura 4. Evolução do consumo de fertilizantes minerais em Portugal e na UE27 (base: 2000 = 100) - (2000-2019)



Fonte: Eurostat

Na UE27, a quantidade de fertilizantes minerais disponível para consumo reduziu-se a um ritmo médio anual de 0,5% entre 2000 e 2019, enquanto em Portugal a variação foi de -2,2% ao ano, correspondendo a um decréscimo acumulado de 34,7%.

Figura 5. Consumo de fertilizantes minerais nos EM da UE27 (2000 - 2019)



Fonte: Eurostat



A relação entre a taxa de variação média anual e o consumo aparente de fertilizantes permite tipificar os EM em quatro categorias. No terceiro quadrante posicionam-se os EM que apresentam consumos aparentes de fertilizantes inferiores à média da UE27 e que diminuíram o seu consumo entre 2000 e 2019. Este grupo é constituído sobretudo por países do Sul da Europa (Portugal, Espanha, Grécia e Malta). Em contrapartida, no primeiro quadrante, o pior em termos de impacto ambiental, situam-se os EM com consumos crescentes de fertilizantes e simultaneamente acima da média da UE27. Neste grupo destacam-se alguns países do Leste e Centro da Europa (Polónia, Hungria, República Checa e Eslováquia).

De referir que os maiores consumidores de fertilizantes inorgânicos integram os países do BENELUX (Bélgica, Holanda e Luxemburgo) e dois dos maiores produtores agrícolas da UE27 (Alemanha e França), posicionando-se no quadrante correspondente a elevados consumos mas a decrescer.



PESTICIDAS

META 2030: reduzir em 50 % a utilização e o risco dos pesticidas químicos

IHR1: Portugal (2018): **-34%**, face a 2011-2013

UE (2018): **-17%**, face a 2011-2013

Vendas de herbicidas, inseticidas e fungicidas :

Portugal (2019): **-31,5%**, face a 2011

UE (2018): **-4,1%**, face a 2011

Os produtos fitofarmacêuticos são utilizados na agricultura, em parques e jardins, com o objetivo de proteger as plantas de organismos nocivos, pragas e doenças. A quantificação das vendas destes produtos é uma forma indireta de avaliar o seu impacto no ambiente, podendo a sua utilização variar consideravelmente de ano para ano, de acordo com as condições climáticas e problemas fitossanitários do ano agrícola, mas também da retirada de substâncias ativas do mercado ou inclusão de novas, assim como pela evolução das práticas agrícolas e da ocupação cultural.

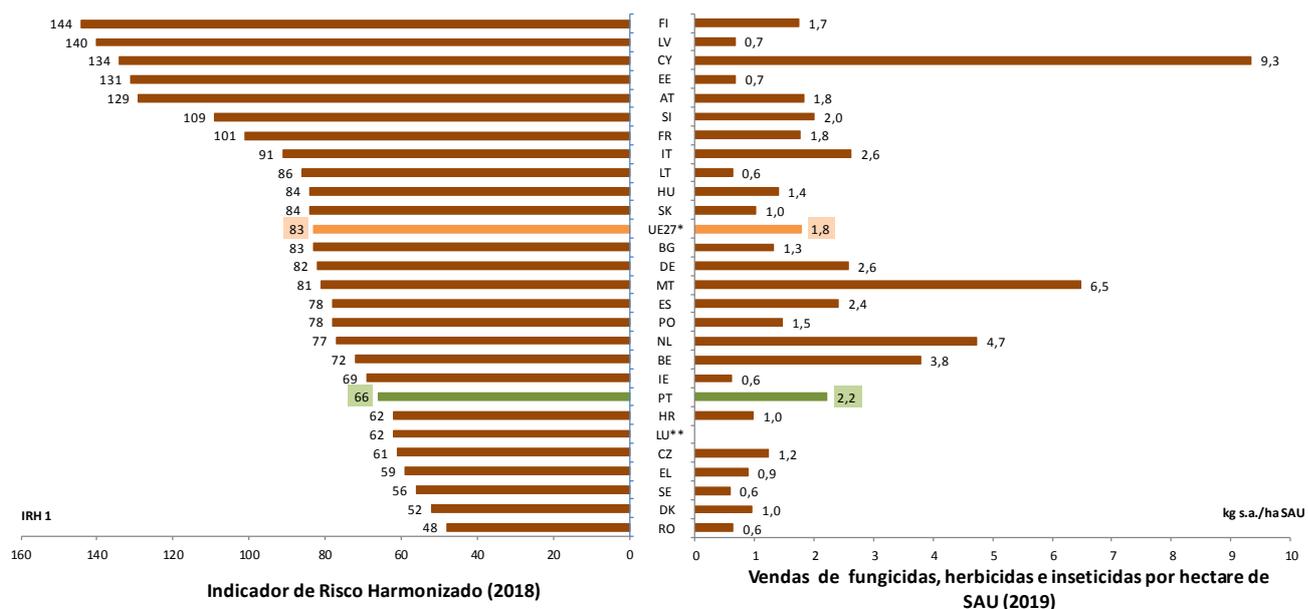
A sua aplicação implica riscos para o ambiente, o arrastamento destes produtos pelo vento, a lixiviação ou o escoamento são fontes de disseminação não controlada de produtos fitofarmacêuticos no ambiente, causando poluição do solo e das águas e afetando a biodiversidade dos habitats. A utilização de produtos fitofarmacêuticos pode ter igualmente implicações ao nível da saúde humana e animal.



No âmbito desta meta está previsto a Comissão tomar uma série de medidas, incluindo a revisão da diretiva relativa à utilização sustentável dos pesticidas, o reforço das disposições relativas à proteção integrada e a promoção de uma maior utilização de formas alternativas seguras de proteger as colheitas contra pragas e doenças. A Comissão facilitará também a colocação no mercado de pesticidas que contenham substâncias ativas biológicas e reforçará a avaliação dos riscos ambientais dos pesticidas.

A Diretiva (UE) 2019/782 da Comissão estabeleceu o cálculo de Indicadores de Risco Harmonizados (IRH) associado ao uso dos pesticidas. O IRH1 é calculado com base nas quantidades de substâncias ativas de produtos fitofarmacêuticos, tendo por base de referência (100), a média do período 2011-2013. O IRH1 está subdividido em 4 grupos de substâncias de acordo com a sua perigosidade, contribuindo cada grupo com o coeficiente de risco para o cálculo ponderado do indicador.

Figura 6. Vendas de fungicidas, herbicidas e inseticidas por hectare de SAU (2019) e indicador de risco harmonizado (2018) nos EM da UE27



* Não inclui as vendas de fungicidas, herbicidas e inseticidas do Luxemburgo (dados não disponíveis para o período em análise)

** Dados de vendas de fungicidas, herbicidas e inseticidas não disponíveis para o período em análise

Fonte: Eurostat

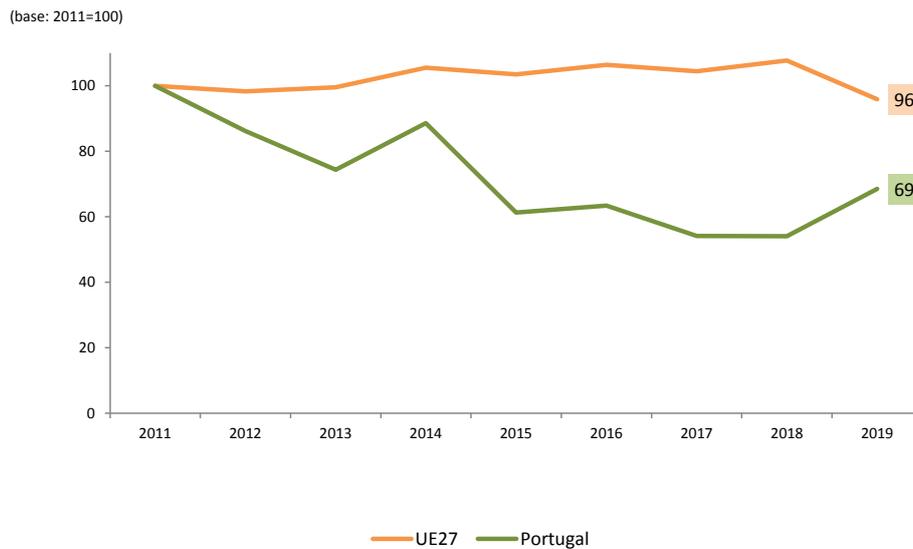
Na figura 6, apresenta-se um ranking dos EM da UE27 com base no IRH1 apurado em 2018, ao qual foi associado o rácio relativo à quantidade das vendas dos principais produtos de proteção das plantas (fungicidas, herbicidas e inseticidas) por hectare de SAU.

A evolução do IRH1 aponta para uma diminuição do risco do uso de produtos fitofarmacêuticos tanto a nível nacional como europeu. Em Portugal o IRH1 decresceu 34%, redução mais intensa que a verificada na UE27 (17%).



Em Portugal foram vendidos 2,2 quilogramas de substância ativa dos principais grupos de pesticidas por hectare de SAU em 2019, valor superior à média europeia (1,8 quilogramas de substância ativa por hectare de SAU).

Figura 7. Evolução das vendas de fungicidas, herbicidas e inseticidas em Portugal e na UE-27 (base: 2011 = 100) – (2011-2019)

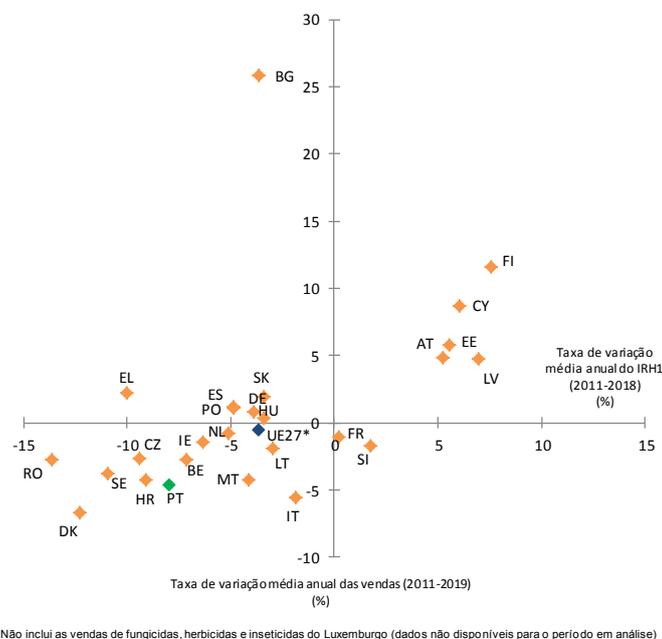


Fonte: Eurostat

As vendas dos principais produtos de proteção das plantas na UE27 mantiveram-se relativamente constantes no período 2011-2019, exceto no último ano em que se verificou um decréscimo acentuado. Neste período o desempenho de Portugal foi melhor do ponto de vista ambiental, posicionando-se sempre abaixo da média da UE27, evoluindo a uma taxa de variação anual negativa de 4,6%.



Figura 8. Variação média anual das vendas de fungicidas, herbicidas e inseticidas (2011-2019) e do indicador de risco harmonizado - IRH1 - (2011-2018) nos EM da UE27



Fonte: Eurostat

A relação entre as taxas de variação média anual do IRH1 e das vendas dos pesticidas posiciona Portugal no terceiro quadrante, onde se situa a maioria dos EM, correspondente simultaneamente a decréscimos nas vendas e no IRH1. No primeiro quadrante, o pior do ponto de vista ambiental, posicionam-se cinco EM que estão a aumentar o IRH1 e as vendas.



INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA
STATISTICS PORTUGAL

informação à comunicação social

DIÍSTAQUE



EMISSÕES DE GASES DE EFEITO DE ESTUFA (GEE)

META 2030: reduzir em pelo menos 55 % as emissões de GEE

Portugal (2019): +12,6%, face a 1990

UE (2019): -24,0%, face a 1990

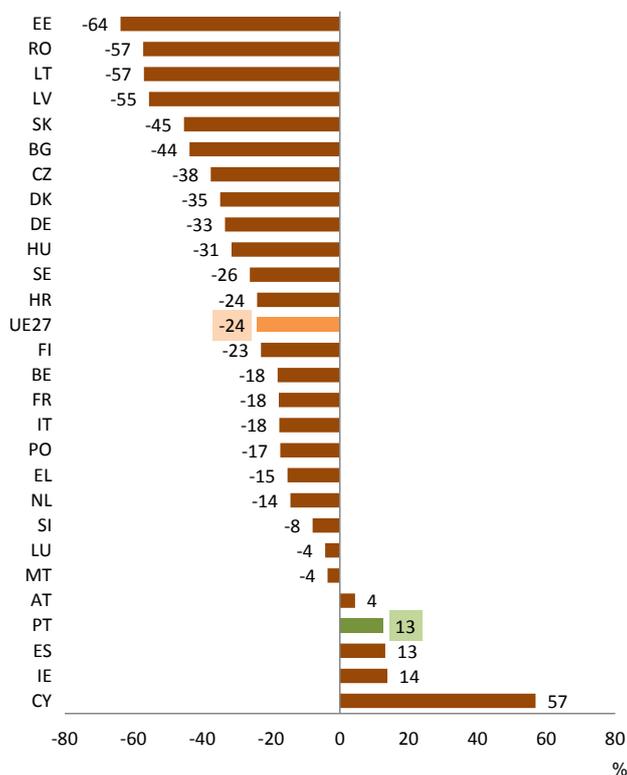
Em 1997, a UE assinou o Protocolo de Quioto, comprometendo-se a reduzir as emissões de GEE em 20% até 2020, face às emissões de 1990. Após assinar o Acordo de Paris em 2015, a UE assumiu um compromisso mais ambicioso de reduzir as emissões de GEE em 40% até 2030, face aos níveis de 1990, e a atingir a neutralidade carbónica até 2050. Portugal alinhou a estratégia nacional com a UE, definindo metas intermédias de redução do total de emissões de GEE face a 2005 de 45% a 55% até 2030, de 55% a 65% até 2040 e de 85% a 90% até 2050 e de 11% até 2030 para a agricultura.

Na sequência do Pacto Ecológico Europeu e da Estratégia do Prado ao Prado, a UE assumiu uma meta ainda mais ambiciosa, de reduzir até 2030 as emissões de GEE em pelo menos 55% face aos níveis de 1990.

Ao nível dos indicadores agroambientais, a monitorização é efetuada sobre o contributo da atividade agrícola para as emissões dos GEE.



Figura 9. Variação das emissões de GEE nos EM da UE27 (1990-2019)

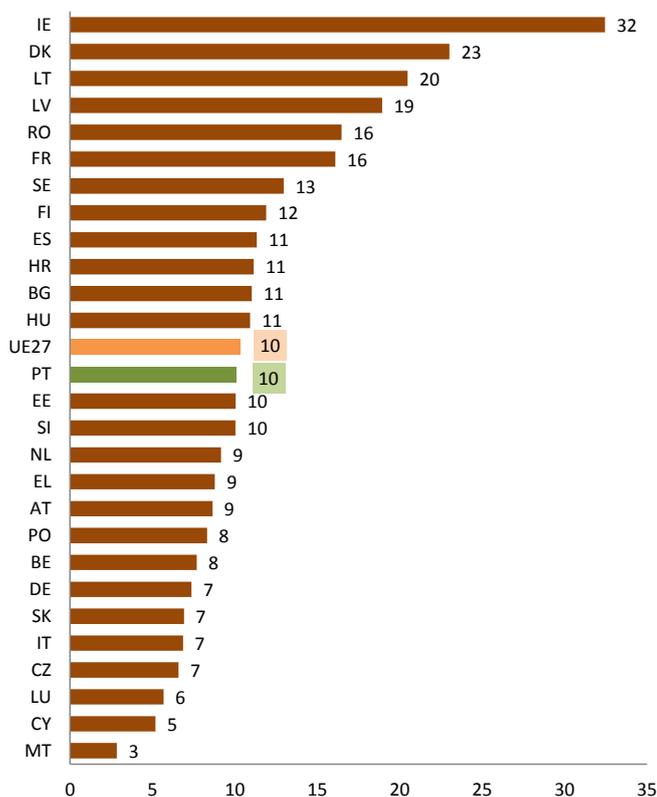


Fonte: Eurostat

Na UE27, as emissões de GEE baixaram 24,0%, face a 1990. A maioria dos EM contribuiu para este decréscimo, com exceção de cinco, entre os quais se inclui Portugal que aumentou as emissões em 12,6%.



Figura 10. Contribuição do setor agrícola para o total das emissões de GEE nos EM da UE27 (2019)



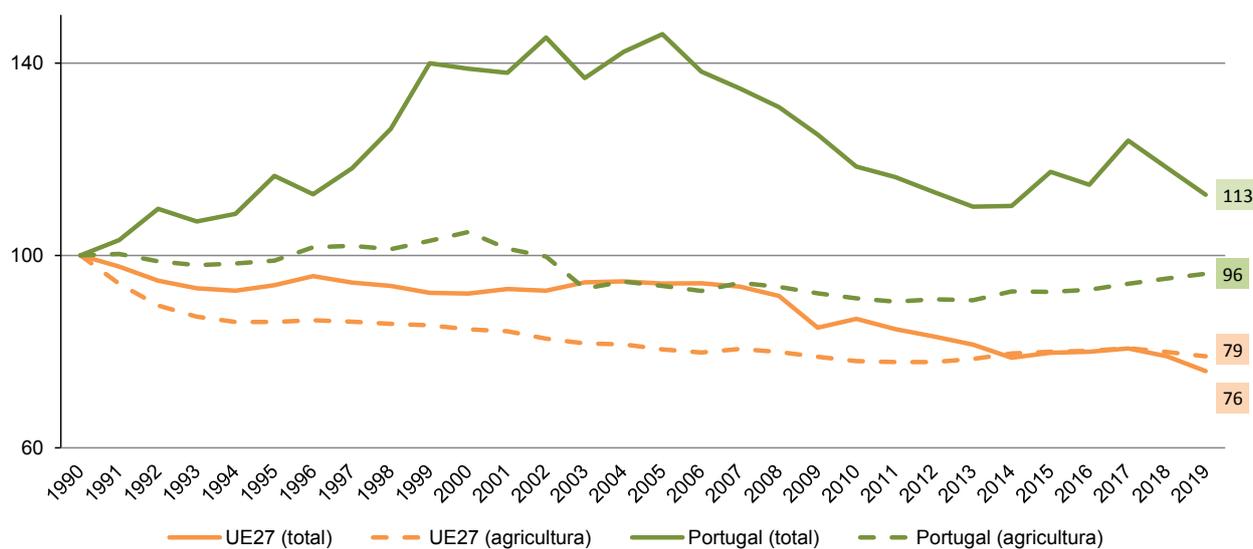
Fonte: Eurostat

O contributo da agricultura na UE27 para o total das emissões de GEE foi de 10,3% em 2019, apresentando-se Portugal muito próximo da média com 10,1%. A Irlanda é o EM em que a agricultura tem maior peso, representando 32,4% do total de emissões de GEE deste EM.



Figura 11. Variação média das emissões de GEE em Portugal e na UE27 (1990-2019)

(base: 1990 = 100)

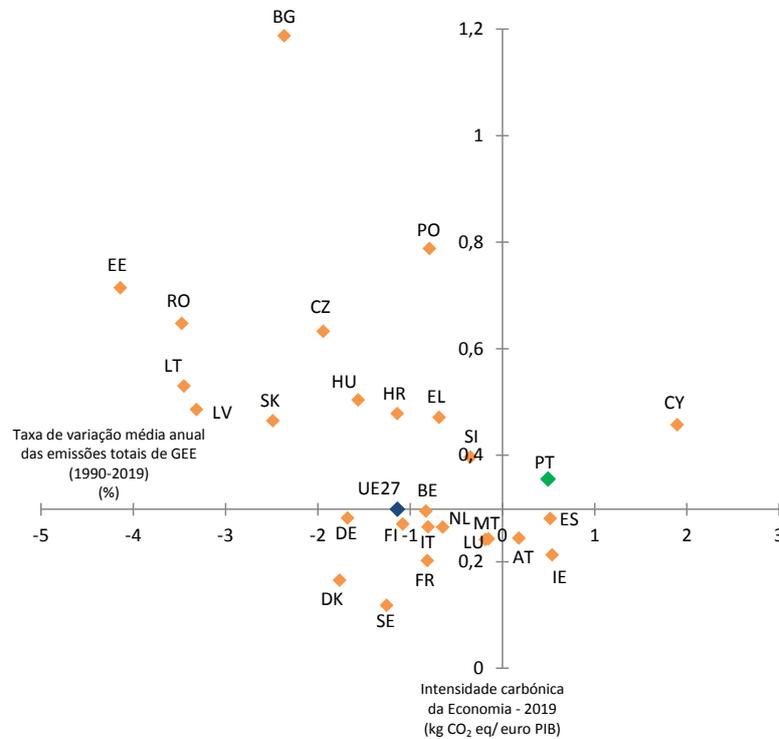


Fonte: Eurostat

As emissões de GEE na UE27 decresceram 24% entre 1990 e 2019, totalizando menos 1,2 mil milhões de toneladas de CO₂ eq., das quais 102 milhões (8,6%) provenientes do setor agrícola. Neste período Portugal aumentou as emissões de GEE em 12,6%, correspondente a mais 7,6 milhões de toneladas de CO₂ eq., embora as emissões do setor agrícola tenham diminuído 3,8%.



Figura 12. Variação média anual das emissões totais de GEE (1990-2019) e emissões de GEE por unidade de PIB (2019) nos EM da UE27



Fonte: Eurostat

A relação entre a taxa de variação média das emissões totais de GEE e as emissões de GEE por unidade de PIB apurada em 2019, isola Portugal a par do Chipre, em que simultaneamente se regista aumento de emissões de GEE e um rácio de emissões de GEE/unidade de PIB superiores à média da UE27. De referir que os outros três EM que apresentam aumentos de emissões de GEE, encontram-se no quarto quadrante por apresentarem um rácio de emissões por unidade de PIB inferior à media da UE27.

A maioria dos EM posiciona-se no quadrante correspondente a decréscimo do total das emissões de GEE mas um rácio de emissões de GEE por unidade de PIB superior à média da UE27.



SIGLAS E DESIGNAÇÕES

BE	Bélgica
BG	Bulgária
CZ	República Checa
DK	Dinamarca
DE	República Federal da Alemanha
EE	Estónia
IE	Irlanda
EL	Grécia
ES	Espanha
FR	França
HR	Croácia
IT	Itália
CY	Chipre
LV	Letónia
LT	Lituânia
LU	Luxemburgo
HU	Hungria
MT	Malta
NL	Países Baixos
AT	Áustria
PL	Polónia
PT	Portugal
RO	Roménia
SI	Eslovénia
SK	Eslováquia
FI	Finlândia
SE	Suécia